

## MÉDIO ORIENTE

LER EDITORIAL

NA PÁG. 217

JULHO 1967

PREÇO 6\$00

# seara nova

NÚMERO  
1461

Director: AUGUSTO CASIMIRO    Director-adjunto: ROGÉRIO FERNANDES    Editor: JULIÃO QUINTINHA

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

## ECONOMIA PORTUGUESA, 1966

por Eduardo Guerra

**C**ONHECEM-SE neste momento, salvo uma ou outra excepção, todos os elementos necessários para se poder fazer uma análise da evolução do sector privado da economia portuguesa durante o ano findo. Já no que se refere ao sector público o mesmo não sucede, pois não estão ainda publicados os dados provisórios relativos às contas públicas em 1966. Vamos, por isso, limitar-nos a uma análise da economia nacional no seu sector privado, deixando para artigo seguinte a apresentação dos dados referentes ao sector público.

No decorrer deste estudo seguiremos uma esquematização muito semelhante à que é utilizada no Relatório do Banco de Portugal.

### 1. Produção de bens e serviços

O produto interno bruto tem apresentado nos últimos anos a evolução que a seguir se indica:

Produto interno bruto  
milhares de contos — preços de 1963

	Total	% de aumento em relação ao ano anterior
1957	60 917	4,5
1958	61 715	1,3
1959	65 050	5,4
1960	69 413	6,7
1961	72 980	5,2
1962	77 578	6,3
1963	82 324	6,1
1964	87 547	6,3
1965	93 650	7

Não se conhecem ainda os valores para 1966 mas, de acordo com as previsões elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística, ter-se-á registado quebra acentuada na taxa de crescimento, que deve ter descido para 4%. Se exceptuarmos 1958, em que o aumento foi de apenas 1,3%, devido a uma baixa excepcional no produto derivado da agricultura, que atingiu 865 mil contos, em nenhum dos outros anos se terá encontrado um valor de crescimento tão diminuto.

Como veremos, esta redução no ritmo de desenvolvimento do produto interno bruto ficou a dever-se a vários factores e não apenas à agricultura, o que obriga a dar maior importância ao sucedido, que não poderá considerar-se como o resultado de condições climatéricas excepcionalmente adversas.

Também no que se refere à formação bruta de capital fixo, considerando os seus valores a preços fixos de 1963, se notou quebra bastante acentuada no seu ritmo de crescimento, o que, aliás, vem continuar um movimento iniciado em anos anteriores.

O aumento verificado em 1964 fora de 4,5%, em 1965 de 3,4% e em 1966 deverá ter atingido apenas 1%. Sabendo-se como a formação de capital fixo é base essencial para o futuro desenvolvimento económico, não pode deixar de se ver com ansiedade que uma taxa de crescimento, já de si insuficiente, venha em anos sucessivos a apresentar tendências para se reduzir até valores que representam a estagnação do volume total do capital fixo constituído.

Como consequência desta evolução a relação entre a formação de capital fixo e o produto interno bruto, que fora de

## VIETNAME



«VIETNAME»: O Direito e a guerra  
Ver pág. 214

Antipatizava que os alunos se tratassem pelos números e não pelos nomes, e intervinha enérgicamente para fazer cessar o uso de alcunhas.

A disciplina mantinha-a facilmente. Quando dois companheiros de carteira cochichavam ou riam, observava-lhes «o que estão a dizer deve ser interessante, digam-nos para todos ficarmos a saber» ou «o que estão a dizer deve ser engraçado, digam-no para nós nos rirmos». E deixava-nos desarmados.

Uma vez, quando um aluno proferiu, durante um ponto escrito, iritado por se lhe ter partido o lápis, uma palavra mal-soante, que aliás, posso dizê-lo por estar na carteira imediatamente atrás, ninguém ouviu, senão o professor, ordenou a expulsão e manteve-a apesar das desculpas do infractor. De resto nem por isso «tomou de ponta» o aluno e deu o caso por encerrado pela sanção imposta.

No decorrer de dois anos lectivos, só recordei uma vez tê-lo visto fora de si. Foi quando a Livraria Pacheco, da então Rua do Mundo, se atreveu a incluir entre os «burros» que publicou as traduções de «Pe Petit Élève de Français» e «La Douce France».

Quando o soube, o Professor Rodrigues Lapa apareceu na aula brandindo os «burros» e ameaçando de reprovação os alunos que os usassem, fáceis de identificar através dos erros que continha a tradução.

Há um acordo geral sobre os prejuízos que, para o ensino universitário, trouxe o seu prematuro afastamento das funções docentes.

Quanto a mim, os prejuízos foram muitíssimo maiores para o ensino liceal, com o seu justíssimo acesso ao ensino superior.

G. M.

A Enciclopédia Diagramas  
acaba de publicar

## A REPRODUÇÃO DOS SERES VIVOS

por  
PERNETTE LANGLEY

tradução de  
ALBERTO CANDEIAS

Uma das características da matéria viva é a sua eternidade virtual: o indivíduo perece, mas assegura a perpetuidade da espécie, graças à reprodução, sexuada ou não. As recentes investigações sobre os mecanismos da reprodução tocam as próprias origens da vida.

ESTÚDIOS COR

# PARA UMA SOCIOLOGIA SEM COMPLEXOS

por J. M. Pereira

A sociologia anda nas bocas do mundo (do mundo cultivado, entendase). Para resolver este ou aquele caso mais bicudo — e eles não faltam —, para diagnosticar esta ou aquela situação mais intrincada, invoca-se a necessidade de recorrer aos sociólogos. Como eles não existem, salvo raríssimas excepções, encolhe-se os ombros e fica-se com a consciência tranquila. Por outro lado, as ditas raríssimas excepções, subitamente assediadas por uma intensa procura, nem sempre (ou quase nunca) solvável, clamam a ignorância daqueles que aspiram pela sua intervenção, gritam a sua própria incapacidade para servir de panacea ou de «abre-te Cé-samo!», reivindicam o direito à investigação em paz e sossego. E ficam igualmente de consciência tranquila.

Pela nossa parte, não nos parece simplesmente legítimo, em relação ao diálogo de surdos que apontamos, que os que reclamam a urgência de um estudo sociológico dos problemas que os preocupam encontrem nesse obstáculo justificação para uma inércia muito próxima do oportunismo. Nem que os sociólogos se proclamem paladinos da ciência pura e por esse motivo se pretendam situar *au-dessus de la mêlée*, quando devem saber melhor que ninguém que uma posição aparentemente neutra, em face de certos fenómenos ou situações, corresponde objectivamente a uma tomada de posição. Com efeito, se em ciências exactas a verdade (mesmo aí quantas vezes apoiada em hipóteses discutíveis) de há muito se tornou autónoma em relação às ideias dominantes de uma época ou de uma sociedade, diárricamente encontramos exemplos de que o mesmo não acontece nas ciências humanas (incluindo a economia). Poder-se-á discorrer se isto se deve apenas à imaturidade das ciências humanas, ou se é inerente à natureza mesma do seu objecto. Mas será difícil negar que tal situação corresponde a uma realidade presente, e, acrescentamos, de modo muito particular em certas sociedades onde imperam os esquemas mentais de um irracionalismo fora de moda.

Quando tais sociólogos, como noutros tempos Galileu, defrontam dificuldades por virtude das concepções políticas ou sociais dominantes nas sociedades em que vivem, a conclusão parece evidente: a sua neutralidade de cientistas não lhes evitou que, *objectivamente*, se situassem num dos lados da barricada. Ou então, já que não cremos viável a divisão do pensamento humano em compartimentos estanques, seria já toda a escolha de temas, a definição das hipóteses de trabalho, a própria interpretação dos factos que conteria *efectivamente* um conjunto de opções — o que, nem por isso, a nosso ver, invalida o tratamento científico dos problemas. A ciência é, acima de tudo, uma atitude ou uma metodologia, não uma moral. Por isso mesmo

não há assuntos que lhe estejam vedados; estão-lhe, sim, certos modos de os abordar. Aliás, o próprio exemplo americano parece indicar que, mesmo em plena «democracia», o problema sociologia-ideologia conserva toda a sua importância. A intensa procura de estudos sociológicos, esta plenamente solvável, impõe servidões a que nem todo o cientista se consegue furtar...

Aos que nos digam que a sociologia não é, nem pretende ser, um programa de acção, poderemos opor que a explicação ou interpretação de um qualquer fenómeno que se inspira numa dada problemática contém, só por si, como é evidente, todo um programa de acção. Por exemplo, a determinação dos factores que influem no rendimento de um grupo de trabalho aponta as medidas a tomar para melhorar tal rendimento. A explicação é, pois, orientadora de acção. Talvez resida mesmo aqui a essência de todo o problema posto por uma suposta neutralidade na investigação sociológica. Tal neutralidade a este nível, se fosse possível, conduziria a soluções estritamente técnicas, com todos os riscos que isso comporta. Se, por um lado, cremos estar aí a negação da própria sociologia, por outro, julgamos que, ainda nesse caso, estaríamos a bater à porta de uma ideologia: a tecnocrática. Em resumo, quer ao nível das hipóteses, quer ao das interpretações, continuamos a encontrar o sociólogo mergulhado num sistema de valores em relação ao qual terá de se definir, para o aceitar ou para o contestar (total ou parcialmente). Parece então que a única atitude verdadeiramente científica será a de procurar o sociólogo, através de uma lúcida autocrítica, «situar-se» a si próprio. Não para, possuído de um complexo de ilusão isenção, tentar afastar a cada momento das suas análises os elementos daninhos provenientes da sua própria «concepção do mundo»; mas para, pelo contrário, os poder integrar conscientemente, submetendo-os, a o mesmo tempo, à dura prova dos factos.

Dir-se-á, porventura, que estamos a falsear a discussão, porquanto poderá parecer que tudo o que ficou dito terá sobretudo tido a intenção de se referir à sociologia aplicada. Devemos dizer que, se tal pode ter transparecido das nossas palavras, as consideramos inteiramente aplicáveis à investigação sociológica fundamental. O facto de esta se não dirigir à solução imediata de problemas concretos, de não estar eventualmente subordinada a incómodos interesses particulares, não lhe evita a *dé-marche* cujas linhas mestras foram esboçadas. Em última análise ela será sempre uma reflexão sobre a sociedade por parte de homens nela inseridos e, como tal, de um ou outro modo fazendo parte do objecto que estudam. A passar a

→

# MUSEUS E EDUCAÇÃO



Promovido pela Associação Portuguesa de Museologia, realizou-se recentemente em Lisboa um seminário sobre o tema «Museu e Educação». Na sala de conferências, acolhedora e simpática, do Museu de Arte Antiga, assistiu-se a um debate, vivo e construtivo, sobre a possibilidade e a necessidade de uma colaboração estreita e efectiva entre o Museu e a Escola. Professores, educadores e conservadores de museu esforçaram-se por determinar, num esforço comum, as linhas de acção possível para que se produza, realmente, o necessário encontro entre essas duas instituições.

A função educativa do museu, além de outras que lhe cumprem igualmente, está reconhecida em teoria desde há muito. O decreto-lei n.º 46 758, de 18 de Dezembro de 1965, ao estabelecer o «Regulamento Geral do Museu de Arte, História e Arqueologia», determina que «para além de assegurar a conservação das obras de Arte, é finalidade dos museus expor, valorizar, fazer conhecer e apreciar as obras que neles são conservadas, o que significa que os museus de arqueologia e belas-artes devem desempenhar missão científica e artística, ao mesmo tempo que missão educativa social», como lembrou muito acertadamente o jornal «Democracia do Sul», num editorial consagrado ao assunto.

Não parece, todavia, que a Escola tenha sido muito assídua na frequência de museus. Nem parece, por outro lado, que o Museu, na generalidade, esteja convenientemente preparado para desempenhar esse aspecto da sua função. A colaboração escola-museu, sob o ponto de vista educativo, pressupõe, para ser frutuosa, tanto da parte dos professores como da parte dos conservadores, um sentido didáctico especial que se adquire com o estudo e a experiência. A aula ministrada no museu ou uma visita guiada releva de uma técnica pedagógica especial.

Por outro lado, cumpre colocar o museu, e o potencial educativo que ele encerra, ao alcance da generalidade das escolas portuguesas. Sob esse ponto de vista o cinema educativo, a máquina de projectar e a televisão educativa poderiam constituir excelentes meios de apoio. A distância entre o museu e a escola seria vencida mais facilmente. A necessidade de um serviço nacional de produção de filmes e de diapositivos, criteriosamente estabelecido, firmado num conhecimento aprofundado da psicopedagogia dos meios audiovisuais, tanto da parte dos produtores de filmes como da dos professores que os utilizam, impõe-se inelutavelmente.

Ao mesmo tempo, cumpre não esquecer a colaboração do museu e das associações populares de cultura. A função do museu nas actividades de educação permanente parece inquestionável. Mas, para que essa colaboração seja possível, afigura-se-nos indispensável a criação de uma atmosfera cultural assente em valores novos, verdadeiramente compatíveis com as finalidades essenciais da cultura: a formação de homens livres e conscientes do seu lugar no mundo e na história.

porta do seu gabinete não passam a ser homens de outro planeta. Toda uma experiência vivida, toda uma soma de conhecimentos de raiz diversa, todo um processo de «socialização», constituem o pano de fundo das suas hipóteses, da sua reflexão.

Cremos, aliás, não andar muito longe das posições de reputados sociólogos, quando afirmam que a sociologia é um humanismo, ou que a sociologia das sociedades industriais se tem de pôr em termos de «sociologia da liberdade». Ora tanto o conceito de humanismo como de liberdade não têm em si nada de sociológico. Poderemos dizer, esquematizando, que o primeiro será de natureza filosófico-moral, o segundo de ordem filosófico-política. Qualquer daquelas «maneiras de ver» a sociologia implica, portanto, determinadas opções que estão fora do seu campo. O mesmo quando se diz, por exemplo, que a grande maioria dos sociólogos americanos fazem sociologia «dentro do sistema», enquanto alguns outros «contestam o sistema».

A terminar, gostaríamos de dar um exemplo concreto: seja o caso da tão falada crise do teatro em Portugal. Para a análise deste problema sem dúvida que a introdução de uma dimensão sociológica seria do maior interesse. Diz-

-se, com efeito: faltam casas de espectáculos, faltam dramaturgos, faltam encenadores, falta público, e por aí adiante. Mas como se insere tudo isto num sistema de relações sociais dentro do qual o teatro tem uma função própria, representa uma estrutura limitada de relações com um conteúdo e uma dinâmica que por um lado lhe são próprios, por outro se integram num contexto socio-cultural muito mais vasto? Está em causa toda uma problemática teatro erudito-teatro popular, teatro lucrativo-teatro subsidiado, motivações culturais (ou outras) — poder económico, teatro — outras formas de ocupação do tempo livre, tempo livre-tempo de trabalho, hábitos de participação-hábitos de segregação, etc., etc., tudo isto relacionado com níveis de educação e mais uma série de condicionalismos de natureza diversa. Perguntamos: ao abordar tão intrincado tema de investigação poderá o sociólogo evitar que as suas hipóteses directoras sejam influenciadas pela sua própria concepção sobre qual deve ser a função social do teatro, pelo modo mesmo como se situa em relação à sociedade em que vive e sobre a qual vai incidir o seu estudo? Serão idênticas as hipóteses feitas, a condução do trabalho, as conclusões interpretativas por parte de dois soció-

gos dos quais, em termos grosseiros, um aceita e o outro contesta globalmente o «sistema»? Vamos mesmo mais longe: interessará sequer ao primeiro daqueles sociólogos um tema destes, e não se refugiará ele de preferência nos estudos de pequenos grupos ou de problemas de âmbito mais restrito (e portanto menos «perigosos»? Mais ainda: seria desejável que assim não fosse?

As considerações que acabamos de fazer tiveram em parte por origem a leitura do livro *Os dinamismos sociais*, de P. Virton<sup>(1)</sup>. Este livro corresponde, por certo, a uma necessidade presente, já que se propõe fazer uma «iniciação à sociologia» e, como dissemos, vai surgindo cada vez mais entre nós um público interessado em tais matérias. Apresentando, nas suas linhas gerais, os conceitos e os problemas em torno dos quais giram os estudos sociológicos, julgamos que este livro presta um serviço útil. No entanto, e por isso mesmo achamos conveniente escrever as linhas acima, preocupa-se particularmente em traçar uma fronteira rigorosa entre o que é e o que não é sociologia, segundo o critério da neutralidade científica. Citemos, a título de exemplo, a posição aconselhada ao sociólogo, posto perante o problema de apreciar os progressos

da civilização: «O raciocínio poderá formular-se assim: dado que tal povo manifesta (por atitudes colectivas, pelo seu apego a certos valores e a prioridade que lhes dá em relação a outros, pela importância concedida a certas funções principais, por tudo o que constitui a sua personalidade de base e a sua ideologia comum) uma tendência para considerar sob determinado ângulo a razão de ser última da vida social, há progresso de civilização para ele, quando a sua cultura (isto é, o conjunto dos seus conhecimentos, «saber agir» e «saber viver») lhe permite realizar melhor o seu projecto cultural. O sociólogo pode certamente tentar um tal caminho, porque o que vai fazer é apreciar o elo entre os meios e um fim que verifica, mas sobre o qual não faz juízos de valor». Logo adiante, aliás, o autor acentua ser este, de facto, o caminho mais seguro no plano da objectividade exigida. Ora, independentemente do modo impreciso como os conceitos estão expressos, vemos assim — e é isso o que por ora nos interessa — em que medida o sociólogo «neutro» poderá, com base num raciocínio deste tipo, concluir do «progresso de civilização» que teria constituído para o povo alemão, em dada época da sua história, o facto de os seus «conhecimentos e modos de agir» lhe terem permitido fazer triunfar os valores prioritários a que aderiu (racismo, militarismo, etc.), tenha embora essa adesão sido obtida por uma eficaz máquina de propaganda, o que não está em discussão. Os perigos deste «espírito científico» parecem-nos claramente evidenciados.

J. M. P.

(1) Livraria Morais.

Uma novidade literária  
com 435 anos  
que ainda surpreende

## PANTAGRUEL

de RABELAIS  
213 ilustrações de  
Júlio Pomar  
Versão portuguesa de  
Jorge Reis  
Ilustração de  
Alice Jorge

Uma obra de valor artístico

Prelo Editora



Rua da Misericórdia, 67-2.º

Telefone 37 06 91

LISBOA

# BIBLIOTECA JUVENIL



A INÍCIO orgulha-se de oferecer ao público de língua portuguesa uma colecção de obras de leitura agradável e educativa para jovens dos 12 aos 15 anos.

VOLUMES PUBLICADOS:

### 1 — MOSQUITA E O BURRO TULIPA

(as aventuras dos quatro primos)  
por PAUL-JACQUES BONZON

### 2 — O PRIMO DO BRASIL

por LUCIE RAUZIER-FONTAYNE

A PUBLICAR:

### 3 — MARINA E AS VISITAS CLANDESTINAS

por LUCIE RAUZIER-FONTAYNE

### 4 — O SEGREDO DA MALA FECHADA

(mais uma aventura dos quatro primos)  
por PAUL-JACQUES BONZON

Volumes no formato de 12x17 cm. Cartonados plastificados com capas em quadricromia e dezenas de gravuras a preto no interior. Preço por volume 25\$00.

Adquira esta obra no seu livreiro ou remeta este cupão para INÍCIO — Av. Almirante Reis, 23, 4.º-E. — LISBOA-1.

NOME .....

MORADA .....

LOCALIDADE ..... TELEF. ....

(+) Deseja folheto informativo sobre «Biblioteca Juvenil»  
Deseja condições de assinatura da colecção

(+) Riscar o que não interessa.

## SEARA NOVA

PRECISA DO APOIO  
DOS SEUS AMIGOS  
INDIQUE NOVOS ASSINANTES